

**BONFANTE**

CNPJ nº 06.982.746/0001-24

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH Bonfante com capacidade instalada total de 19 MW, e a comercial plena em 118,0 MWh/ ano, beneficiando aproximadamente 176 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2012 foi de R\$ 21,8 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 10 milhões. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/12	31/12/11
Circulante		3.510	4.157
Caixa e equivalentes de caixa	5	557	1.308
Contas a receber	6	2.895	2.728
Impostos a compensar		12	55
Despesas antecipadas		40	28
Adiantamentos a funcionários		3	2
Adiantamentos diversos		3	36
Não circulante		90.125	91.095
Ativos vinculados - BNDES	7	2.650	2.826
Depósitos judiciais		25	23
Imobilizado	8	87.310	87.936
Diferido	9	140	310
Total do ativo		93.635	95.252
Passivo			
Circulante		14.506	10.151
Fornecedores		2.041	1.750
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		12	9
Impostos e contribuições a recolher		164	137
Provisão para férias e 13º salário		58	51
Outros passivos		43	16
Dividendos a pagar	10	5.948	1.881
Financiamentos	11	6.240	6.307
Não circulante		42.131	48.024
Financiamentos	11	42.131	48.024
Patrimônio líquido	12	36.998	37.077
Capital social		27.745	27.745
Reserva legal		1.585	1.086
Dividendos adicionais propostos		-	8.246
Reserva especial		551	-
Reserva de retenção de lucros		7.117	-
Total do passivo		93.635	95.252

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)**

1. Contexto operacional: A Bonfante Energética S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 10 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 369/1999 e 233/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 19 Mw e uma linha de transmissão de 1,25 km de extensão. A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de agosto de 2008. Em 1º de agosto de 2008, através do Despacho ANEEL nº 2.865, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada, com potência instalada de 19 Mw, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 19 Mw e energia assegurada de 118,0 MWh. O término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031. A unidade geradora da PCH Bonfante se encontra indisponível desde 7 de dezembro de 2012, devido a verificação de danos no multiplicador de velocidade. Estão sendo tomadas todas as providências necessárias para o restabelecimento da unidade no menor prazo possível, ainda que parcial. A Seguradora foi devidamente notificada e acompanha os trabalhos. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)	Nota	31/12/12	31/12/11
Receita líquida de vendas	14	20.969	19.585
Custos da venda de energia		(4.182)	(4.174)
Meio ambiente		(317)	(163)
Operação e manutenção		(737)	(1.139)
Taxas setoriais		(40)	(37)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(234)	(221)
Seguros		(113)	(114)
Depreciação e amortização		(2.741)	(2.500)
Lucro bruto		16.787	15.411
Despesas operacionais	15	(1.651)	(1.780)
Despesas administrativas e gerais		(1.447)	(1.679)
Outras despesas operacionais		(204)	(101)
Lucro antes do resultado financeiro		15.136	13.631
Despesas financeiras	16	(4.720)	(5.628)
Receitas financeiras	16	333	432
Receitas (despesas) não operacionais		(4.387)	(5.196)
Resultado financeiro		10.749	8.435
Lucro antes dos impostos		10.749	8.435
Imposto de renda	17	(495)	(485)
Contribuição social	17	(265)	(256)
Lucro líquido do exercício		9.989	7.694
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0.4690	0.3613
Quantidade de ações ao final do exercício	12	21.297.498	21.297.498

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)	Reservas de lucros						Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	
Saldos em 31/12/10	26.540	690	4.415	-	-	227	31.872
Aumento de capital mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital	1.205	-	-	-	-	-	1.205
Dividendos adicionais pagos	-	-	(2.244)	-	-	-	(2.244)
Dividendos propostos	-	-	431	-	-	-	431
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.694	7.694
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	396	-	-	-	(396)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(1.881)	(1.881)
Dividendos adicionais propostos	-	-	5.644	-	-	(5.644)	-
Saldos em 31/12/11	27.745	1.086	8.246	-	-	-	37.077
Dividendos distribuídos	-	-	(8.246)	-	-	-	(8.246)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.989	9.989
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	499	-	-	-	(499)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(1.822)	(1.822)
Reserva especial	-	-	-	551	-	(551)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	-	7.117	(7.117)
Saldos em 31/12/12	27.745	1.585	-	551	7.117	-	36.998

Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivati-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)**

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/12	31/12/11
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		10.749	8.435
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	16	4.622	5.271
Baixa de imobilizado	8	74	1.103
Depreciação e amortização		2.741	2.500
Lucro ajustado		18.186	17.309
Variações nos ativos e passivos			
Redução em ativos vinculados - BNDES		176	207
Aumento em contas a receber		(168)	(654)
Redução (aumento) em impostos a compensar		43	(3)
Aumento (redução) de despesas antecipadas		(13)	3
Aumento (redução) em adiantamentos a funcionários		(1)	12
Redução (aumento) em adiantamentos diversos		33	(37)
Aumento em depósitos judiciais		(2)	-
Aumento em fornecedores		289	261
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas e previdenciárias		3	(15)
Aumento (redução) em outras obrigações		27	(7)
Redução em impostos e contribuições a recolher		27	(3)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(762)	(741)
Aumento na provisão para férias e 13º salário		7	19
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		17.845	16.351
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	8	(2.014)	(1.829)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.014)	(1.829)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos pagos	11	(5.903)	(5.903)
Juros pagos sobre financiamentos	11	(4.679)	(5.294)
Dividendos pagos	12	(6.000)	(3.283)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(16.582)	(14.480)
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		(751)	42
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.308	1.266
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		557	1.308
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		(751)	42

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)**

	Nota	31/12/12	31/12/11
1. Receita bruta de vendas		21.763	20.318
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14	21.763	20.318
2. Insumos adquiridos de terceiros		1.983	2.594
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		1.461	1.674
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		454	920
Perda / Recuperação de valores ativos		68	-
3. Valor adicionado bruto (1-2)		19.780	17.724
4. Depreciação e amortização		2.741	2.500
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		17.039	15.224
6. Valor adicionado recebido em transferência		333	432
Receitas financeiras	16	333	432
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		17.372	15.656
8. Distribuição do valor adicionado		17.372	15.656
Pessoal		745	657
Remuneração direta		610	552
Benefícios		60	48
F.G.T.S		75	57
Impostos, taxas e contribuições		1.734	1.636
Federais		1.720	1.622
Estaduais		5	14
Municipais		9	-
Remuneração de capitais de terceiros		4.904	5.669
Juros	16	4.622	5.271
Aluguéis		184	41
Outras		98	357
Remuneração de capitais próprios		9.989	7.694
Dividendos		1.822	1.881
Lucros retidos		8.167	5.813

os: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas

como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em agosto de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação da autorização, considerando inclusive as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCP 05. **Autorização e indenização:** A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas, e. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. f. Valor recuperável de ativos: O imobilizado e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeira contabilização de provisões para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. h. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. i. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. j. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. k. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. l. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. m. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2012 e 2011. n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (Consolidated Financial Statements). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (Joint Arrangements). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (Disclosure of Interests in Other Entities). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (Fair Value Measurement). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (Presentation of Items of Other Comprehensive Income). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (Employee Benefits). A nova versão do IAS 19 elimina o "método do corredor" para reconhecimento de ganhos ou perdas atuárias, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e, amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e IFRS 10	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **4. Gerenciamento de risco:** A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 19. • Risco de liquidez: A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101,5% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante uma caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de

mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 18. • Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

	31/12/12	31/12/11
5. Caixa e equivalentes de caixa:		
Bancos	17	11
Aplicações financeiras	540	1.297
	557	1.308

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco Santander e Banco do Brasil, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **6. Contas a receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% dos contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo conta vencidas na data das demonstrações contábeis. **7. Ativos vinculados - BNDES:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2012, refere-se a recursos recebidos pela Companhia decorrentes da venda de energia gerada e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, de liquidez imediata e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta poderá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

	31/12/12	31/12/11
8. Imobilizado: a. Composição do imobilizado:		
	Taxa média ponderada de depreciação % (*)	Depreciação acumulada
	Custo	Líquido

Descrição	Taxa média ponderada de depreciação % (*)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	0,00%	3.554	-	3.554
Turbina hidráulica	2,50%	19.050	1.906	17.144
Gerador	3,33%	10.969	1.541	9.428
Comporta	3,33%	5.848	789	5.059
Subestação unitária	3,57%	8.671	1.342	7.329
Casa de força produção hidráulica	2,00%	27.462	2.437	25.025
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	14.389	1.158	13.231
Adiantamento a fornecedores	0,00%	1.075	-	1.075
Outros	3,65%	6.291	826	5.465
		97.309	9.999	87.310

(*) As taxas de depreciação utilizadas até 31 de dezembro de 2011, sofreram alterações a partir de 1º de janeiro de 2012, conforme determinações da Resolução ANEEL nº 474/2012. O impacto ocorrido no resultado em função desta mudança de taxas não é relevante. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos.

	Saldo em 31/12/10 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/11
b. Movimentação do custo:					
Terrenos	425	-	-	3.129	3.554

Descrição	Saldo em 31/12/10 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/11
Máquinas e equipamentos: Turbina, transformador, estrutura e condutor de tensão	17.680	395	4	1.699	19.770
Disjuntor, painel, mesa de comando e transformador	1.759	-	-	182	1.941
Conduto forçado	4	-	-	(4)	-
Gerador, comporta, ponte rolante e transformador de serviços auxiliares	7.847	193	(837)	10.929	18.132

Descrição	Saldo em 31/12/10 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/11
b. Movimentação do custo:					
Subestação unitária	56	20	(64)	8.659	8.671
Sistema de proteção contra incêndio	279	-	(28)	171	421
Para-raios	74	-	-	(30)	44
Estrutura de tensão e sistema de comunicação	4.968	-	-	(4.323)	645
Sistemas de alimentação de energia e de ar-condicionado	117	-	-	(52)	65
Outras máquinas e equipamentos	-	-	(40)	40	-
Móveis e utensílios	22	2	-	79	103
Instalações: Casa de força, reservatório e barragem	56.525	239	(77)	(16.177)	40.510
Tomada d'água, urbanização e benfeitorias	4.797	-	-	(4.382)	415
Sistema de comunicação local	4	-	-	-	2
Computadores e periféricos	-	4	2	-	57
Imobilizado em andamento	35	-	(35)	-	-
Adiantamentos a fornecedores	52	978	(18)	27	1.039
	94.644	1.829	(1.103)	-	95.369

Descrição	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12
c. Movimentação do custo no período:					
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	3.554	-	-	-	3.554
Turbina hidráulica	18.957	-	-	93	19.050
Gerador	10.998	-	-	(29)	10.969
Comporta	5.868	-	-	(20)	5.848
Subestação unitária	8.671	-	-	-	8.671
Casa de força produção hidráulica	27.349	114	-	(1)	27.462
Reservatório, barragem, adutora	13.161	1.281	(50)	(3)	14.389
Adiantamento a fornecedores	1.039	36	-	-	1.075
Outros	5.772	583	(24)	(40)	6.291
	95.369	2.014	(74)	-	97.309
Depreciação	(7.433)	(2.599)	33	-	(9.999)
Saldo	87.936	(585)	(41)	-	87.310

9. Diferido: Os gastos pré-operacionais R\$140 em 31 de dezembro de 2012 (R\$310 em 31 de dezembro de 2011) incluem basicamente despesas administrativas e de remuneração e encargos dos funcionários e da Administração, os quais estão sendo amortizados pelo prazo de cinco anos desde agosto de 2008. **10. Transações com partes relacionadas:** O controle final da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A., e Eletrotriver S.A., visto que estes são acionistas diretos da Brasil PCH S.A. (controladora direta da PCH Participações S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de distribuições de dividendos da Companhia para sua controladora.

	31/12/12	31/12/11
Passivo circulante	5.948	1.881
PCH Par Participações S.A - Dividendos a pagar	5.948	1.881
Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de abril de 2012, foi aprovada a remuneração global líquida da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2012 em, no máximo, R\$60 (R\$50 em 2011). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$29 mil.		
11. Financiamentos:		
BNDES:		
Principal	35.699	41.602
Encargos	12.672	12.729
Total	48.371	54.331
Parcela de curto prazo	6.240	6.307
Parcela de longo prazo	42.131	48.024
Total	48.371	54.331

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Bonfante Energética S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações contábeis da Bonfante Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a ava-

liação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCP 05 - Contratos de Concessão (OCP 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$8,411 mil e o lucro do período está aumentado em, aproximadamente, R\$2.206 mil. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonfante Energética S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi sub-

metida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011:** As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de fevereiro de 2012, contendo a seguinte modificação de opinião: "Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCP 05 - Contratos de Concessão (OCP 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$6,205 mil e o lucro do exercício está aumentado em, aproximadamente, R\$1.775 mil".

	Total
2014	5.266
2015	5.266
2016	5.266
2017	5.266
2018	5.266
2019 a 2021	15.801
	42.131

Mutações dos financiamentos em 2012	
Saldo inicial	54.331
Encargos provisionados	4.622
Pagamentos	(10.582)
Saldo final	48.371

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Bonfante Energética S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006 foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avencas com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2012:

Patrimônio líquido	36.998
Total do ativo	93.635
ICP	259,51%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **12. Patrimônio líquido:** a. Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$27.745. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R\$27.745 e está representado por 21.297.498 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b. Reservas: Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Reserva especial: Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, parágrafo 4º e 5º. Reserva de retenção de lucros: Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. c. Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2012, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$6.000, restando ainda a pagar um saldo de R\$4.126. Os dividendos referentes ao exercício de 2012 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício	9.989
(-) Reserva legal	(499)
(=) Base de cálculo do dividendo	9.490
Dividendos obrigatórios	2.373
(-) Reserva especial	551
(-) Dividendos obrigatórios a pagar	1.822
(-) Reserva de retenção de lucros	7.117

13. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída. Na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, a Companhia é parte de processos judiciais de natureza trabalhista, que apresentam risco possível de desembolso futuro no valor de R\$35 mil e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciado em notas explicativas.

	31/12/12	31/12/11
14. Conciliação da receita operacional líquida:		
Receita operacional bruta:	21.763	20.318
Venda de energia elétrica	21.763	20.318
Deduções à receita operacional:	(794)	(733)
PIIS	(141)	(131)
COFINS	(653)	(602)
Receita operacional líquida	20.969	19.585